



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150386 - CE (2021/0219313-5)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**RECORRENTE** : GERALDO PINHEIRO DE FREITAS  
**ADVOGADO** : PAOLO GIORGIO QUEZADO GURGEL E SILVA - CE016629  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ  
**CORRÉU** : VICENTE FELIX DE SOUSA  
**CORRÉU** : TICIANO DA FONSECA FELIX  
**CORRÉU** : JOSE PLACIDO DA CUNHA  
**CORRÉU** : LUIZ ALBERTO FERREIRA MARQUES  
**CORRÉU** : JOAQUIM MAXIMILIANO BORGES CLEMENTINO  
**CORRÉU** : LUANA PINHEIRO DE FREITAS  
**CORRÉU** : WENDEL ALVES DE FREITAS MENDES  
**CORRÉU** : MAYRON MYRRAY BEZERRA ARANHA  
**CORRÉU** : MANUEL FERNANDO BEZERRA ARIZA  
**CORRÉU** : THYAGO GUTTHYERRE PEREIRA  
**CORRÉU** : WYLLIANO FERREIRA DA SILVA  
**CORRÉU** : FRANCISCO ROMULO BRASIL LEAL DOS SANTOS  
**CORRÉU** : ANDERSON MAURICIO RODRIGUES  
**CORRÉU** : JOSE EDVALDO SOARES DE SOUZA FILHO  
**CORRÉU** : MARIA SOCORRO DE FREITAS CRUZ  
**CORRÉU** : LUCIA VANDA CARLOS DE FREITAS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por GERALDO PINHEIRO DE FREITAS contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ (HC n. 0626623-78.2021.8.06.0000).

O recorrente foi preso preventivamente, na forma domiciliar, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o art. 29 do Código Penal.

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal advindo do excesso de prazo na formação da culpa, argumentando que "a prisão do paciente perdura por mais de 300 (trezentos) dias, sem que haja qualquer perspectiva de ultimação do feito" (fl. 152).

Afirma, outrossim, que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto o

paciente seria primário e com residência fixa, tendo a prisão sido embasada apenas na gravidade abstrata do delito, o que não é permitido pelo ordenamento jurídico.

Requer, liminarmente, seja permitido ao recorrente aguardar em liberdade o trânsito em julgado da ação penal, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente